



POLÍTICAS DE INCLUSÃO E A DOCÊNCIA EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS

Roseli Belmonte Machado

RESUMO

Inscrita numa perspectiva pós-estruturalista, esta pesquisa discute as relações entre uma política de inclusão no Brasil e os professores de Educação Física. A inclusão neste trabalho é entendida como um dispositivo biopolítico a serviço da segurança das populações. O objetivo foi analisar a constituição de uma política de inclusão que convoca o professor de Educação Física e as implicações para as atuais práticas desses docentes. Esta é uma pesquisa genealógica, baseada nos Estudos Foucaultianos. O corpus foi composto por leis e programas dos Ministérios da Educação, Saúde e Esporte. Foi possível perceber que há uma articulação entre os diversos órgãos, os quais regulam a prática do professor de Educação Física dentro de uma política inclusiva e põem os indivíduos em circulação.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de Inclusão; Professores; Educação Física.

PARA INÍCIO DE CONVERSA

“Minha opinião é que nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso, o que não significa, exatamente, o mesmo que ruim. Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer” (FOUCAULT, 1995, p. 256).

A partir do entendimento de que nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso e que por isso temos sempre algo a fazer (FOUCAULT, 1995), situo os conceitos iniciais que norteiam este trabalho. Inscrita numa perspectiva pós-estruturalista de problematizar questões do presente, trago para a discussão os possíveis engendramentos existentes entre uma política de inclusão no Brasil e os professores de Educação Física¹. Durante minha trajetória acadêmica tenho me aproximado de pesquisas, trabalhos e leituras que tratam de temáticas relacionadas com as políticas de inclusão. Em todo caso, afirmo que a partir dos diversos processos e caminhos pelos quais transitei, sou “diferente do que era no início” (FOUCAULT, 1994, p. 294). Posso dizer que, ao longo desses anos, fui me constituindo como uma professora interessada nos discursos e temáticas que envolvem as políticas de inclusão no Brasil, as quais estão sendo entendidas como:

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

[...] manifestações/materialidades da governamentalidade ou da governamentalização do Estado moderno. O que tais políticas almejam é atingir o máximo de resultados junto à população que se quer governar ou junto à população que está sob o risco (calculado) da exclusão, a partir de um esforço mínimo de poder (biopoder) (LOPES, 2011, p. 9).

Essas políticas inclusivas ao se materializarem como ações que capturam, envolvem e atuam sobre os sujeitos, podem ser entendidas como práticas. Ao encontro do que aponta Foucault, “são as ‘práticas’ concebidas ao mesmo tempo como modo de agir e de pensar que dão a chave de inteligibilidade para a constituição correlativa do sujeito [...]” (FOUCAULT, 2004, p. 238). Sendo assim, penso ser fundamental olhar para as práticas e perceber os deslocamentos e os diferentes movimentos que nos envolvem como professores de Educação Física. Essas práticas, que não estavam sempre aí, ao serem incorporadas pelo cotidiano passam a ser vistas como naturais. Todos agem como se elas sempre estivessem presentes e, ao mesmo tempo, como se tivessem um caráter “salvacionista” para muitos dos problemas atuais².

Muitos autores têm afirmado que as políticas de inclusão, de um modo geral, fazem parte da lógica da governamentalidade neoliberal, procurando trazer a todos para a racionalidade vigente, incluindo-os no jogo econômico³. Lopes (2009) traz uma observação feita por Foucault (2008) no curso *Nascimento da Biopolítica*, quando o autor expõe que o ponto comum existente entre o econômico e o social é a regra da não-exclusão. Para a autora, a inclusão é uma característica do neoliberalismo, na medida em que faz a manutenção de todos nas redes do mercado. Segundo ela, há duas grandes regras que operam no jogo neoliberal: a primeira é manter-se sempre em atividade, e a segunda é ter todos incluídos em diferentes níveis de participação, mas para isso é necessário ser educado em direção a entrar no jogo, permanecer e desejar permanecer nele. Há uma educação da população no sentido de que se viva em condições de sustentabilidade, de empresariamento e de autocontrole, no entanto, em diferentes níveis de participação (LOPES, 2009). Assim, as políticas de inclusão podem ser entendidas como “envolvidas com uma maior economia entre a mobilização dos

² Registro que o meu modo de problematizar essas questões se insere na esteira de pensamento que se propõe a estudá-los sem assumir que os mesmos tenham uma “missão salvacionista” (VEIGA-NETO, 2003).

³ LOPES, 2009, 2011, 2013; VEIGA-NETO, LOPES, 2007; LOPES, HATTGE, 2009; LOCKMANN, 2013; RECH, 2010, 2014; FABRIS, KLEIN, 2013.



poderes e a condução das condutas humanas” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p.955). Outrossim, de acordo com Lopes (2009) a inclusão, via políticas de inclusão escolares, sociais, assistenciais e de trabalho, funciona como um dispositivo biopolítico a serviço da segurança das populações. Ao estarem incluídas nos grupos, nos registros oficiais, no mercado de trabalho, nas cotas de bolsa-assistência, na escola, etc., as pessoas tornam-se alvos fáceis das ações do Estado.

Nessa medida, ao trabalhar com a formação de professores na área da Educação Física, percebo uma preocupação dos docentes com suas práticas a partir dos pressupostos das políticas de inclusão presentes em todo o seu cotidiano de trabalho. No ambiente escolar, por exemplo, são pensadas estratégias de ensino que buscam a participação e a inclusão de todos os alunos, procurados cursos de formação docente que tratem sobre inclusão, desenvolvidos projetos esportivos que captem os diversos alunos, além de se investir em uma educação integral que coloque jovens e crianças na escola e os retirem das ruas. Contudo, se pensarmos para além da escola, é possível notar que os demais espaços de atuação desses professores também são atravessados por essas políticas de inclusão. Esses docentes são um dos responsáveis por: trabalhar a reinserção social dos indivíduos que estão nos Centros de Atenção Psicossocial; conduzirem os sujeitos para uma educação permanente em saúde os afastando de futuras internações hospitalares; orientarem a atividade física como uma necessidade que pode ser efetivada por todos, independentemente de sua condição financeira, dentre outras responsabilidades.

Essas e outras configurações me trouxeram a vontade de investir na pesquisa dessas políticas. Acredito que é preciso conhecê-las e entendê-las. Reafirmo que entendo esses movimentos como parte de uma política inclusiva e que compreendo tais programas e políticas como práticas. Para corroborar meu entendimento trago para a conversa a perspectiva de Veyne (1998) na sua afirmação de que “os objetos parecem determinar nossa conduta, mas, primeiramente, nossa prática determina esses objetos. Portanto, partamos antes dessa própria prática, de tal modo que o objeto ao qual ela se aplique só seja o que é relativamente a ela” (VEYNE, 1998, p. 147).

Ressalto que assumo o uso da expressão professor de Educação Física para me referir a qualquer uma dessas práticas que esses docentes se inserem, mesmo tendo conhecimento de que muitas discussões giram em torno desse tema e de que, muitas vezes, outras denominações são usadas para nomear o professor de Educação Física.



SOBRE A METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste trabalho tive como objetivo central analisar como se constitui uma política de inclusão difundida pelo Governo Brasileiro que convoca o professor de Educação Física à atuação e, ao mesmo tempo, quais as implicações disso para a configuração das atuais práticas desses professores. Procurando imprimir uma pesquisa de inspiração genealógica, a qual “não nega os objetos estudados; ela “apenas” revela o que eles tiveram e têm de contingentes, bem como a serviço do que eles foram inventados ou a serviço do que eles se colocaram depois de inventados” (VEIGA-NETO; LOPES, 2010, p.158), me dedico a olhar para o entorno das práticas dos professores, entendendo quais são as políticas capazes de (re)significar suas práticas. Nessa esteira de pensamento, a opção por uma pesquisa de inspiração genealógica torna-se adequada. Veiga-Neto (2007) nos alerta que “não existe um *vade-mecum* que nos oriente sobre como executar uma pesquisa genealógica” (VEIGA-NETO, 2007, p. 58), mas, ao mesmo tempo, podemos entender a genealogia como “um conjunto de procedimentos úteis não só para conhecer o passado, como também, e muitas vezes principalmente, para nos rebelarmos contra o presente” (VEIGA-NETO, 2007, p. 59).

A genealogia seria, pois, relativamente ao projeto de uma inserção dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência, uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico. (FOUCAULT, 2005, p. 15-16).

Penso que a partir de um referencial de pesquisa baseado nos Estudos Foucaultianos seja possível debater como uma política inclusiva constitui e (re)significa as práticas desses docentes. Essa política, por sua vez, pode estar os governando, conduzindo suas condutas – no sentido em que Foucault (1994) imprime à governamentalidade como “o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (FOUCAULT, 1994, p. 2). César Candioto (2010) ao problematizar a governamentalidade política para Foucault afirma que foi proporcionada uma fratura no interior da analítica do poder e facultada tratar “num mesmo plano de imanência a genealogia da racionalidade política estatal moderna e a constituição ética do indivíduo, a macropolítica e a micropolítica, o governo dos outros e o governo de si mesmo”. (CANDIOTTO, 2010, p. 43).



Para chegar aos fins da pesquisa, realizei uma análise das leis, regulamentos, programas e projetos disseminados pelo Governo Federal que convocam os professores de Educação Física à atuação e constituem uma política inclusiva. Realizei uma imersão nos sites do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde e do Ministério do Esporte. A partir disso, selecionei os seguintes documentos: Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001 (BRASIL, 2001); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007); Programa Mais Educação Passo a Passo (BRASIL, 2007a); Portaria Nº 854, de 22 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012); Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família (BRASIL, 2010); Portaria GM/MS n. 3.088, de 23 de dezembro de 2011 (BRASIL, 2011); Manual de Orientações Esporte na Escola (BRASIL, 2013); Curso de extensão em promoção de saúde para gestores do SUS com enfoque no programa Academia da Saúde (BRASIL, 2013a); Núcleos de apoio à saúde da família. Conceitos e Diretrizes (BRASIL, 2013b).

Reitero o entendimento de que, embora algumas das políticas articuladas pelo Governo não tragam o rótulo de política inclusiva, eu estou as entendendo nessa perspectiva.

POLÍTICAS DE INCLUSÃO E ARTICULAÇÕES

Para apresentar a análise sobre o material selecionado, trago um quadro com uma síntese dos itens que julguei como principais. Em cada um dos programas, destaquei as leis, portarias e decretos que os regulamentam, o ano em que foram propostos, o órgão que as subsidia, o objetivo principal de cada um e a articulação com outros Ministérios.

Quadro 1 – Síntese dos programas e leis analisados na pesquisa.

Programa	Lei que regula e Ano	Órgão	Objetivo Principal	Articulação com outros Ministérios
Mais Educação	2007 Portaria Interministerial nº 17 de 2007.	Ministério Educação; Des. Social e Combate à Fome; Cultura e Esporte.	Contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos.	Proposta de múltiplos Ministérios: Educação, Esporte, Cultura, Desenv. Social e Combate à Fome e Defesa.



Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	2008	Ministério da Educação	Inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial; oferta do AEE; formação de professores; participação da família e da comunidade; acessibilidade e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.	Propõe uma articulação intersetorial.
Atleta na Escola	2013	Ministério da Educação e do Esporte.	Incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes da educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos.	Ministério do Esporte e Educação.
Segundo Tempo	2003 Portaria Interministerial nº 3.497, de 24 de novembro de 2003.	Ministério de Educação e Ministério do Esporte	Democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.	Ministérios do Esporte, Educação e Saúde.
Esporte na escola	2009 Programa Mais Educação e Projeto Segundo Tempo	Ministério da Educação e Ministério do Esporte	O Segundo Tempo na Escola tem por objetivos os mesmos do programa Segundo Tempo, democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.	Ministérios do Esporte, Educação e Saúde.
NASF (ESF)	Portaria GM nº 154, de 24 de janeiro de 2008.	Ministério da Saúde	Apoiar a inserção da Estratégia de Saúde da Família (ESF) na rede de serviços, além de ampliar a abrangência e o escopo das ações da Atenção Básica, e aumentar a resolutividade dela, reforçando os processos de territorialização e regionalização em saúde.	Ministérios da Saúde, Esporte e Educação.



CAPS	Início: Década de 80. Lei 10.216, de 6 de abril de 2001	Ministério da Saúde	Acolhimento inicial, acolhimento diurno e/ou noturno, atendimento individual, atenção às situações de crise, atendimento em grupo, práticas corporais, práticas expressivas e comunicativas, atendimento para a família, atendimento domiciliar, ações de reabilitação psicossocial, promoção de contratualidade, fortalecimento do protagonismo de usuários e familiares, ações de articulação de redes intra e intersetoriais, matriciamento de equipes dos pontos de atenção da atenção básica, urgência e emergência, e dos serviços hospitalares de referência, ações de redução de danos, acompanhamento de serviço residencial terapêutico e apoio a serviço residencial de caráter transitório.	Propostas intersectoriais .
Academia da Saúde	2011 Portaria n° 719 de abril de 2011, Portaria n° 2681 de 08 de nov. de 2013.	Ministério da Saúde	Promover práticas corporais e atividade física, promoção da alimentação saudável, educação em saúde, entre outros, além de contribuir para produção do cuidado e de modos de vida saudáveis e sustentáveis da população.	Ministério da Saúde e da Educação.

Ao analisar os programas que compõem uma política inclusiva que convoca o professor de Educação Física à atuação, vejo vários pontos que merecem destaque. Para começar destaco três questões que os envolvem: o período de emergência, os objetivos principais e o vínculo com outros setores.

Em relação ao seu surgimento, resalto o ponto de emergência, o qual para a maioria aconteceu nos últimos sete anos. A partir do ano de 2007 há uma proliferação de programas que atuam num movimento de intensificação do controle e do cuidado para com os mais diversos indivíduos. A finalidade pode ser vista com um olhar sobre o objetivo principal de cada um deles. Expressões como educação integral, inclusão, acolhimento, acesso para todos, cuidado, dentre outras, povoam seus textos e ratificam a intenção de que todos sejam alcançados pelo Estado. Não obstante para que esses objetivos sejam atingidos, há uma articulação entre os diversos setores que propõem esses programas. Mesmo que a proposta de



um programa tenha sido elaborada por um dos órgãos do Governo, é possível enxergar o esforço para que outros órgãos sejam colaborativos.

Após essa aproximação, vejo uma intensa conexão, um entrelaçamento. Há um vínculo e uma convergência para o mesmo fim, a qual, acredito ser o de incluir a todos na racionalidade neoliberal vigente: é preciso que todos estejam na escola; todos devem cuidar de sua saúde; é necessário que se constituam sujeitos autorregulados; é preciso diminuir os riscos; etc.. São criadas novas práticas para que, os sujeitos agora postos em circulação, sejam ainda governados e conduzidos. Assim, é por intermédio dessa articulação que o professor de Educação Física também é convocado, governado, conduzido e pode se constituir como um profissional preocupado com a inclusão.

Na continuidade da análise, destaco algumas práticas dos professores de Educação Física para enxergar como as políticas de inclusão as atravessam e, ao mesmo tempo, convocam, constituem e conduzem os professores. Para fins de organização, identifico essas práticas organizadas em três campos: escola, saúde e esporte⁴. Algumas dessas práticas foram viabilizadas por políticas e regulamentações governamentais e outras foram atravessadas por elas. A partir de agora, analiso cada um dos campos que o professor de Educação Física atua, destacando como o mesmo é mediado por uma política inclusiva.

No caso do campo *Escola* escolho duas práticas: a atuação na escola no turno regular e no turno inverso. A atuação da Educação Física no turno regular está presente na legislação brasileira desde a Constituição de 1937 e hoje é regulamentada pela LDB 9394/96 que a institui como componente curricular obrigatório. Esse espaço, embora já tradicional para a prática do professor de Educação Física, bem como outras instituições, vem se reconfigurando, mediado, principalmente, por saberes da ordem das políticas que o adentram. Cabe ao professor de Educação Física, em sua prática, ser um dos colaboradores para mediar a inclusão dos alunos, trabalhar em prol da melhora da qualidade de vida, desenvolver um espírito competitivo, dentre outras demandas. Nessa ordem, temos a entrada da política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que traz como um de seus objetivos

⁴ Destaco que, embora eu entenda que esses campos (escola, saúde e esporte) e suas classificações, por vezes, representem cada um deles, um território carregado de significados, e ao mesmo tempo, se entrecruzam, reitero que meu objetivo não é o de adentrar nessas discussões, mas apenas de tentar nomear as áreas de prática do professor de Educação Física. Todavia, entendendo que a linguagem institui e carrega saberes, talvez essa minha escolha já seja carregada de sentidos que são tomados por mim a partir da minha própria constituição como docente, como sujeito e, por isso, não está isenta de qualquer julgamento. Sublinho ainda que existem outros campos de atuação na área da Educação Física, mas para este trabalho me deterei apenas nesses.



“o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2007, p.8). É uma prática que atravessa o cotidiano de todos os atores da cena educacional e, dentre eles, a do professor de Educação Física.

No turno inverso da escola regular, com o advento da educação em tempo integral, os modos e as exigências ao professor também se deslocam. Como ponto forte e o principal articulador dessa política na escola pública, destaca-se o programa Mais Educação que traz como finalidades: apoiar a ampliação do tempo e do espaço educativo e a extensão do ambiente escolar mediante a realização de atividades no contraturno escolar, articulando ações desenvolvidas pelos Ministérios integrantes do Programa; contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas para a melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar; oferecer atendimento educacional especializado às crianças, adolescentes e jovens com necessidades educacionais especiais; prevenir e combater o trabalho infantil, a exploração sexual e outras formas de violência contra crianças, adolescentes e jovens, mediante sua maior integração comunitária, ampliando sua participação na vida escolar e social e a promoção do acesso aos serviços sócio-assistenciais do Sistema Único de Assistência Social; promover a formação da sensibilidade, da percepção e da expressão de crianças, adolescentes e jovens nas linguagens artísticas, literárias e estéticas; estimular crianças, adolescentes e jovens a manter uma interação efetiva em torno de práticas esportivas educacionais e de lazer direcionadas ao processo de desenvolvimento humano, da cidadania e da solidariedade; promover a aproximação entre a escola, as famílias e as comunidades (BRASIL, 2007a). Nessa situação o professor de Educação Física é convocado a pensar atividades que passam pela recreação e lazer e pelo esporte, evitando que os alunos permaneçam na rua e se motivem a estar na escola. Importa marcar que o professor de Educação Física que atua no programa Mais Educação, geralmente, não é um professor que faz parte do quadro de servidores municipais, estaduais ou federais. Na maioria das vezes são professores que não possuem vínculo com a escola e pagos através de bolsas subsidiadas pela verba disponível no programa. Sublinho que ao olhar apenas para os objetivos e finalidades destacados em ambos, começo a visualizar que se trata de políticas inclusivas, na medida em que garantem a

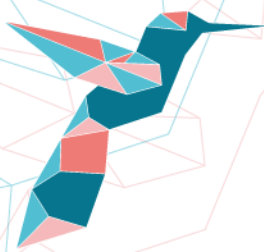


participação dos sujeitos em diversas instâncias da sociedade, os colocam no jogo e atuam para o controle do risco⁵.

No campo *Saúde*, elenco três práticas: o trabalho no NASF, o trabalho CAPS e a atuação nas Academias da Saúde. A primeira, chamada de Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) foi criada pelo Ministério da Saúde, no ano de 2008, para apoiar à inserção da Estratégia de Saúde da Família (ESF) na rede de serviços e ampliar a abrangência, a resolutividade, a territorialização, a regionalização e a ampliação das ações da Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil (BRASIL, 2010). Nesse escopo, o NASF apoia a inserção da ESF que é a vertente brasileira da APS e é composto por nove áreas estratégicas: saúde da criança, do adolescente e do jovem; saúde mental; reabilitação, saúde integral da pessoa idosa; alimentação e nutrição; serviço social; saúde da mulher; assistência farmacêutica; atividade física, práticas corporais; práticas integrativas e complementares. O objetivo é apoiar, ampliar e aperfeiçoar a atenção e a gestão da saúde na Atenção Básica/Saúde da Família, tendo como requisitos o conhecimento técnico, a responsabilidade por determinado número de equipes de Saúde da Família (SF), o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao paradigma da SF, a promoção de mudanças na atitude e na atuação dos profissionais da SF e entre sua própria equipe, atuação em ações intersetoriais e interdisciplinares, promoção, prevenção, reabilitação da saúde e cura, além de humanização de serviços, educação permanente, promoção da integralidade e da organização territorial dos serviços de saúde. Sua equipe deve ser constituída por profissionais de diferentes áreas de conhecimento (BRASIL, 2010), o que abriu a possibilidade para os professores de Educação Física.

A segunda prática do campo *Saúde* é o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Com o processo de reforma psiquiátrica no Brasil esses centros surgem como um serviço para o atendimento público em saúde mental. Suas primeiras ocorrências datam ainda na década de 80, mas sua regulamentação ocorre no ano de 2001 com a Lei 10.216, de 6 de abril de 2001 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Nessa ocasião são estabelecidas as modalidades de serviços: CAPS I, CAPS II e CAPS III. Os CAPS também são divididos em CAPSI (Infância e Adolescentes) e CAPSad (Usuários de álcool e outras drogas). Funcionam

⁵ Mary Jane P. Spink afirma que a linguagem relativa ao risco é situada numa panorâmica sócio histórica vista sob uma tripla dimensão do risco, entendido e analisado como forma de se relacionar com o futuro, como conceituação e como gestão (LUZ, 2001).



em caráter aberto e comunitário constituídos por equipe multiprofissional e atendem pessoas com transtornos mentais graves e persistentes e pessoas com sofrimento ou transtorno mental em geral, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas (BRASIL, 2011). É um modelo substitutivo ao modelo asilar. A possibilidade de um trabalho multidisciplinar traz o professor de Educação Física para atuar nesse espaço.

A terceira prática que concerne ao campo *Saúde* diz respeito ao programa nomeado de Academia da Saúde. Trata-se de um programa instituído no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), como um ponto de atenção à saúde, articulado com a Estratégia de Saúde da Família e os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). Apoiado no paradigma de que a inatividade física é um dos principais fatores de risco de mortalidade em todo o mundo, influenciando consideravelmente na prevalência de doenças crônicas não transmissíveis e na saúde da população é ressaltada a importância da promoção da atividade física. Para responder a tal questão o Programa Academia da Saúde é lançado no ano de 2011 e tem como objetivo promover práticas corporais e atividade física, alimentação saudável e modos saudáveis de vida por meio de ações culturalmente inseridas e adaptadas aos territórios locais. Contudo, as ações propostas nessa perspectiva mais ampliada de saúde incluem não somente atividades físicas e práticas corporais, mas também práticas integrativas e complementares, práticas artísticas, educação em saúde e alimentação saudável – todas desenvolvidas em um espaço físico denominado de polo, construído exclusivamente para tal fim (BRASIL, 2013a).

Cada uma dessas ações visa a inclusão dos sujeitos em diferentes perspectivas: o NASF, através do apoio ao Estratégia Saúde da Família, busca a inclusão de todos nos cuidados com a saúde; o CAPS, após o advento do processo de desinstitucionalização, se torna uma ação que inclui os indivíduos em uma rede de conhecimentos e de estratégias de controle e cuidado e a Academia da Saúde, que por intermédio de ações práticas e educativas, propõe que cada um seja responsável pelo cuidado com a sua saúde e, desse modo, também incorpore a lógica vigente. Não obstante, é possível refletir que essas ações que inicialmente são de um campo denominado como saúde, também possuem articulações com ações educativas – que em certo tempo eram desígnios apenas da Escola – e com ações que estão no campo do Esporte.

No caso do *Esporte*, são destacadas as práticas que pertencem aos programas Governamentais Atleta na Escola e Projeto Segundo Tempo. O programa Atleta na Escola foi instituído no ano de 2013 e tem como objetivo incentivar a prática esportiva nas escolas,



democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paralímpicos entre estudantes da educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos (BRASIL, 2013). Para esse propósito, o Governo Federal busca parcerias com os Estados, Distrito Federal, Municípios, com escolas públicas e privadas, com os Comitês Olímpicos e Paralímpicos Brasileiro e com as Confederações Brasileiras de Atletismo, Judô e Voleibol. Suas ações incluem jogos como parte do processo de classificação para uma Etapa Nacional dos Jogos Escolares, que traz visibilidade aos atletas, além do centro de iniciação esportiva que realiza o treinamento de atletas considerados promessa de medalhas. Aqueles tidos com potencial de conquista olímpica ou paralímpica entram no Plano Brasil Medalhas e passam a integrar o programa de bolsas esportivas.

A prática seguinte do campo *Esporte* é o Programa Segundo Tempo (PST), elaborado no ano de 2003 pelo Ministério do Esporte, que tem por finalidade democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte como forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. No ano de 2009 o PST passou por um deslocamento. O Ministério do Esporte partindo do entendimento de que “o caminho para a democratização do esporte é a escola” (BRASIL, 2013), estabelece uma parceria com o Ministério da Educação e propõe a oferta do esporte educacional integrado ao projeto pedagógico escolar, na perspectiva da educação em tempo integral. A proposta foi concretizada pela inserção do PST nas escolas participantes do Programa Mais Educação. Em 2011 e 2012 essa articulação foi chamada de Programa Segundo Tempo na Escola, e em 2013 passou a se chamar Esporte na Escola (BRASIL, 2013).

É possível perceber que ambos os programas estão vinculados com outros setores e campos e seus objetivos atravessam a saúde e a escola. Além disso, o primeiro deles ao evidenciar o esporte numa perspectiva de rendimento procura incluir o Brasil como um dos destaques dos Jogos a se realizarem no Rio em 2016 e, ao mesmo tempo, através do pagamento de bolsas inclui os sujeitos no jogo econômico (LOPES, 2009). O PST amplia-se em parcerias com o Ministério da Educação e traduz em seus objetivos aspectos condizentes a ações previstas pelo campo da saúde. Também possui um caráter inclusivo na medida em que seus principais objetivos são o de diminuir o risco social e incluir crianças e jovens na sociedade e no jogo econômico.



O PAPEL DAS POLÍTICAS INCLUSIVAS E A CIRCULAÇÃO DOS SUJEITOS

Com base nas análises desses programas e dessa legislação, é possível destacar outro ponto. Ao perceber que essas ações são parte de uma política inclusiva que, de certo modo, vem conduzindo e (re)significando a prática dos professores de Educação Física, também é interessante olhar para o local em que essas práticas acontecem. Nessa medida, destaco o fato dessas políticas emergirem junto com uma mudança, com um deslocamento que as instituições vêm passando – bem como apontou Deleuze (1992) no texto *Post-Scriptum Sobre as Sociedades de Controle* – em que a primazia da disciplina está se deslocando para o controle.

Os interesses do Estado sobre cada indivíduo se modificam e deixa de ser interessante que cada um permaneça recluso, segregado ou confinado em determinadas instituições. A circulação das pessoas pelo meio social e, portanto, pelo meio econômico é o que vem acontecendo. Deleuze (1992) ao descrever o que ele chama de substituição da sociedade disciplinar pela sociedade de controle já nos apontava que estamos “numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família” (p. 220). Nesse processo, torna-se fundamental que os indivíduos se responsabilizem pelos seus feitos, pela sua conduta, pelo seu modo de ser e estar no presente. Muito mais do que recair as reponsabilidades sobre as instituições, hoje as responsabilidades são individuais e intransferíveis. É possível pensar que um dos imperativos do bom governo, na atualidade, seja a própria inclusão, mas não aquela que recluso e sim aquela que ocorre por meio da circulação dos sujeitos por diferentes espaços sociais (LOCKMANN, 2015⁶). Na inclusão como circulação é necessário que os sujeitos tenham sido capturados pela racionalidade neoliberal e se responsabilizem pelos seus atos, seus feitos para permanecer nessa lógica.

Assim, cada vez mais, novas práticas são instituídas para dar conta desses saberes que conduzem e governam os modos de vida. E, justamente por esses indivíduos não estarem reclusos, mas sim circulando, é que se torna ainda mais necessário que os saberes se refinem em prol de um controle e de um governo – de cada um e de todos – cada vez mais efetivo. A saúde mental é um dos exemplos dessa nova configuração que põem os indivíduos

⁶ LOCKMANN, Kamila. As práticas de in/exclusão do corpo anormal: olhando para a história para compreender o presente. 2015 (*no prelo*).



em circulação. Outro caso, é a escola que ao fechar as escolas especiais e incluir os alunos com deficiência na escola regular, pode ser considerado um processo que os põem em circulação. Na saúde quando o cuidado acontece fora dos hospitais e uma rede é acionada para esse cuidado, temos o mesmo entendimento. Isso não significa que os sujeitos que ocupavam tais espaços deixaram de ser controlados. As ações sobre eles permanecem, mas ao mesmo tempo, eles estão em circulação, estão no jogo. Não obstante, todos se tornam responsáveis pelos cuidados e condução desses sujeitos, inclusive eles mesmos.

Ao pensar nas práticas dos professores de Educação Física, vejo essa ampla circulação dos sujeitos acontecendo. A criação de espaços como CAPS, NASF e Academias de Saúde, além de procurar retirar ou prevenir a internação dos sujeitos, também os responsabiliza pelos cuidados consigo os posicionando no jogo. A implantação de ações na escola que visam, através do esporte ou de uma educação em tempo integral, diminuir os riscos das crianças e jovens considerados marginalizados, são feitos que propõem educar os sujeitos dentro da lógica vigente e, criando a vontade de ser competitivo, empreendedor, produtivo. Não obstante, o movimento de incluir alunos com deficiência é um exemplo já corriqueiro para vermos em operação a inclusão como parte da racionalidade neoliberal, como imperativo de Estado (LOPES, *et. al*, 2010).

Ressalto que não sou contra ou a favor a qualquer uma dessas práticas descritas ou contra as políticas de inclusão em voga no Brasil. Para além do bem e do mal, minha intenção é a de compreender como esses movimentos se configuram. Ao entender as conexões entre as diversas políticas governamentais, vejo essa articulação como uma potente estratégia da governamentalidade neoliberal que convoca e captura os diversos sujeitos, conduzindo suas condutas, além de trabalhar para que cada um seja responsável por conduzir os outros. Essa articulação é o que eu gostaria de destacar nesta pesquisa, tensionando como uma política inclusiva do Governo Federal convoca e (re)significa as práticas dos professores de Educação Física.

Policies of inclusion and teaching in Physical Education: A reflection about the practices

ABSTRACT

Within a poststructuralist perspective, discuss the relationship between an inclusion policy in Brazil and the Physical Education teachers. The inclusion in this study is understood as a biopolitical device at the service of human security. The objective was to analyze the



formation of an inclusion policy that calls the Physical Education teacher and the implications for current practices of teachers. This is a genealogical research, based on Foucault's studies. The corpus consisted of laws and programs of the Ministries of Education, Health and Sports. It could be observed that there is a link between the various organs, which regulate the practice of Physical Education teacher in an inclusive policy and put the individuals in circulation.

KEYWORDS: *Inclusion Policies; Teachers; Physical Education.*

Las políticas de inclusión y de la enseñanza en Educación Física: Una reflexión sobre las prácticas

RESUMEN

Entrado en una perspectiva post-estructuralista, esta investigación analiza la relación entre una política de inclusión en Brasil y los profesores de Educación Física. La inclusión se entiende como un dispositivo biopolítico al servicio de la seguridad humana. El objetivo fue analizar la formación de una política de inclusión que llama al maestro de Educación Física y las implicaciones para las prácticas actuales de los profesores. Se trata de una investigación genealógica, con base en estudios de Foucault. El corpus consistió en leyes y programas de los Ministerios de Educación, Salud y Deportes. Comprenderi que hay un vínculo entre los distintos órganos que regulan la práctica del profesor de Educación Física en una política inclusiva y ponen a los individuos en circulación.

PALABRAS CLAVES: *Políticas de Inclusión; Los Maestros; Educación Física.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1937). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL, *Lei 10.216 de 06 de abril de 2001*. Brasília: Presidência da República, 2001.

BRASIL, *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC; SEESP, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

BRASIL, Programa Mais Educação, *Portaria Normativa Interministerial nº- 17, de 24 de abril de 2007*. Interministérios, 2007a.



BRASIL, Ministério da Saúde, NASF 2010. *Cadernos de Atenção Básica*, n. 27. Tiragem: 1ª edição, Brasília; MS, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria GM/MS n. 3.088, de 23 de dezembro de 2011*. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2011.

BRASIL, *Portaria SAS/MS n. 854/2012, Centro de Atenção Psicossocial*. 2012.

BRASIL, Ministério do Esporte. *Manual de orientações Esporte na Escola*, Brasília: ME, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Curso de extensão em promoção de saúde para gestores do SUS com enfoque no Programa Academia da Saúde*. Brasília: UNB, 2013a.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Núcleos de apoio à saúde da família. Conceitos e Diretrizes*, Brasília: MS, 2013b.

CANDIOTTO, César. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. In: *Filosofia Unisinos*, p. 33-43, jan/abr 2010.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. RJ:Ed. 34, 1992.

FABRIS, Elí Henn; KLEIN, Rejane Ramos (Orgs.). *Inclusão & Biopolítica*. BeloHorizonte: Autêntica Editora, 2013.

FOUCAULT, Michel. As técnicas de si. FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994, Vol. IV, pp. 783-813, Traduzido por Karla Neves e Wanderson Flor do Nascimento.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; RABINOW, Hubert. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. *Ditos e Escritos*, vol. V, Foucault: Ética, Sexualidade, Política. Ed. Forense Universitária, 1ª ed, 2004, p. 264 a 287.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LOCKMANN, Kamila. A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada. *Tese* (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.



LOPES, Maura Corcini. Políticas de Inclusão e Governamentalidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, mai./ago. 2009.

LOPES, Maura Corcini. Inclusão como prática política de governamentalidade. In: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica. *Inclusão Escolar: conjunto de práticas que governam*. Belo Horizonte, Autêntica, 2009, p. 107- 130.

LOPES, Maura Corcini; *et. al.* Inclusão e biopolítica. *Caderno IHU Ideias*. a. 8, n. 144. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 2010.

LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia. Subjetividade docente, inclusão e gênero. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 851-867, jul.-set. 2012.

LOPES, Maura Corcini. Norma, inclusão e governamentalidade neoliberal. In: BRANCO, Guilherme; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). *Foucault, filosofia e política*: BH: Autêntica, 2013. 1ª reimp.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Henn. *Inclusão & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

RECH, Tatiana. A inclusão escolar no Governo FHC: movimentos que a tornaram uma "verdade" que permanece. *Dissertação* (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

RECH, Tatiana. Da escola à empresa educadora: a inclusão como uma estratégia de fluxo-habilidade. *Tese* (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

VEIGA-NETO, Alfredo. Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da Modernidade. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *A escola tem futuro?*RJ: DP&A, 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, set./dez. 2007, p. 947- 963.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Para pensar de outros modos a modernidade pedagógica. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 12, n. 1, 2010. p. 147-166.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Gubernamentalidad, biopolítica y inclusión. In: CORTEZSALCEDO, Ruth; MARÍN-DÍAZ, Dora (comp.). *Gubernamentalidad y educación: discusiones contemporâneas*. Bogotá: IDEP, 2011. p.105-122.



**XIX
CONBRACE**
VI CONICE
08 a 13 de setembro de 2015
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

VEYNE, P.M. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4ª
edição. Brasília: EDUNB, 1998.